

## O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA DOS INDÍGENAS NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Carlos das Neves Oliveira<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo verificar a respeito da comunidade indígena quais eram e como ficaram suas condições de sobrevivência ao ter contato com os europeus. Assim como refletir sobre seus descendentes, pois com a chegada dos europeus e os primeiros contatos com essa comunidade, seus integrantes começam a vivenciar extermínios e doenças transmitidas pelos “brancos”. A metodologia utilizada consistiu no uso de pesquisa de cunho bibliográfico, sobre a história e a cultura dos povos afro descendentes, disponibilizados em livros e sites. Deste modo, com toda essa pesquisa realizada foi possível analisar e refletir, sobre a grandeza histórica do tema relacionado aos indígenas e o aspecto real de um intercruzamento entre dois tipos de comunidade. Este trabalho parte de resultados de estudos sobre o surgimento do homem, a partir da África onde a humanidade tem seu desenvolvimento e adquiriu então atributos transmitidos e partilhados pelos seres humanos, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento dos alunos do ensino fundamental, dentro da disciplina de História. Destaca-se no entanto que o é um Trabalho de Conclusão que apresenta um Plano Didático a respeito do tema o Ensino da História e Cultura Indígena, aplicado na Escola Estadual Professor Celso Antônio.

**Palavras-Chave:** Etnia. Educação. Plano de Ensino. Índios.

### ABSTRACT

*The present work has the objective to verify about the indigenous community what they were and how their survival conditions were when they had contact with the Europeans. As well as reflecting on their descendants, because with the arrival of the Europeans and the first contacts with this community, its members begin to experience exterminations and diseases transmitted by the "whites". The methodology used consisted in the use of bibliographic research, on the history and culture of Afro-descendant peoples, available in books and websites. Thus, with all this research, it was possible to analyze and reflect on the historical greatness of the indigenous-related theme and the real aspect of an inter-relationship between two types of community. This work is based on results of studies on the emergence of man from Africa where mankind has its development and acquired attributes transmitted and shared by human beings, contributing to the development of knowledge of elementary school students within the discipline of History. However, it is noteworthy that it is a Conclusion Paper that presents a Didactic Plan regarding the theme Teaching of History and Indigenous Culture, applied at the State School Professor Celso Antônio.*

**Keywords:** Ethnicity. Education. Teaching Plan. Indians.

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Metropolitana de Santos.

## INTRODUÇÃO

Para os registros históricos dos jesuítas nos séculos XVI ao XVIII, os índios eram o marco comum empregado de forma extensa para designar de modo incorreta e preconceituosa a diferença de povos e culturas que residiam estas regiões há vários séculos, passou a indicar os indígenas aqui descobertos pelos portugueses em seguida apresentarem “descoberto” estas terras na inesquecível data de 22 de abril de 1500. Os índios, chamados além disso de gentios, cruéis, feras, silvícolas, negros da terra, e uma gama de declarações depreciativas, constituíram um extenso período colonial e imperial, homens de inteligência arcaica e inferior, sem fé, sem rei e sem lei. Povos que conviviam do barbarismo, guerreando um com os outros, e ainda tragando uns aos outros.

Contudo, em meio a esta visão subdesenvolvida e atroz, os indígenas, foram escravizados, caçados, raptados, assassinados, convertidos, tanto em seus hábitos, tradições, línguas e crenças. As aberturas e bandeiras, perseguiram índios como se perseguem outros animais, especialmente as bandeiras, aonde muitos bandeirantes se especializaram em prear índios, termos empregados no período para se mencionar a perseguição de indígenas para serem escravizados.

Quando chegamos à era republicana, a partir de 1889, a narrativa das aldeias indígenas do mesmo modo como dos afro-brasileiros morreu. Não se escuta discorrer da história de índios e negros depois 1888. Ao longo do século XX a ideia que o povo brasileiro contém sobre o índio é a própria do século XVI, praticamente não alterou coisa nenhuma desde então. Todavia, isso veio a se modificar, a romper-se em 1988, depois da promulgação da Constituição de 1988, a qual garantia direitos antes denegados aos indígenas. Na década de noventa, viu-se a reformulação da educação brasileira a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, decretada em 1996, apontando o princípio de uma nova etapa da política, gestão e legislação da educação brasileira.

Dessa forma, fundamentou-se a criação de escolas indígenas e de um sistema de ensino indígena, a fim de formar as crianças, jovens e adultos na cultura, língua e tradições de seu povo, garantindo assim, a veemência de sua identidade e cultura, para a preservação das próprias as gerações futuras.

## DISCUSSÃO TEÓRICA

A questão indígena, em que tese estar contemplada em diversos dispositivos da Constituição Federal, além disso não conseguiu condição de apaziguar a doutrinação e jurisprudencial aceitável.

Evidentemente, que essa prevenção fundamental tem importância social preciosa, analisando o tratamento desumano e discriminatório que significou aos povos indígenas em extenso período da história.

Portanto, no século XVIII um contingente entre mil e quinhentas pessoas, no ano de 1968, o derradeiro povoado indígena tupi foi invadido por jagunços a mando de fazendeiros que estavam se inserindo no município de Minaçu em Goiás, de onde exclusivamente sobreviveram quatro índios, que se resumem em seis hoje em dia, habitando em uma terra delimitada ao lado da usina hidrelétrica UHE Serra da mesa (GOMES, 2012).

Se não bastassem as batalhas de aniquilamento, além disso tivemos as epidemias trazidas pelos europeus e africanos. Epidemias como a varíola, sarampo, catapora, febre amarela, tuberculose, gripes e pneumonias, arruinaram aldeias inteiras. Não é excessivo mencionar, que a capacidade das epidemias é ainda maior porque elas aparecem em circunstâncias de insuficiência em que somam com as dificuldades para se conseguir alimentos, acelerando a morte de adoentados por inanição aguda.

Conforme Mércio Pereira Gomes (2012), como foi encontrada a etiologia das epidemias e seu contágio, portugueses e brasileiros não sentiram qualquer escrúpulo em aproveitar dessa informação para causar o aniquilamento dos povoados e povos indígenas que permaneciam no seu caminho. Continua ainda o autor, mencionando: Esta combinação também cruel de batalha e epidemia é o que se chama hoje de guerra bacteriológica.

Os sobreviventes transmitiram aos outros, e meses após essa epidemia alcançava os índios de Goiás. Estas epidemias delineadas, verdadeiramente, concebem o fino de um espírito cruel de destruição e genocídio.

A extensão histórica da demanda indígena é mais extensa do que aquela que determina a história brasileira de um estilo em geral. Ela é um aspecto sensível de um intercruzamento que se dá no choque entre dois tipos de civilização, desenvolvendo

uma dúplici incompatível. No alcance em que o Brasil desenvolve, a população indígena decresce. Independente do momento histórico – colônia, monarquia, república, ditadura ou democracia – nota-se consecutivamente a discriminação passada pelos índios: brutalidades sobre suas terras, negligência com sua saúde e sua educação, desmoralização, tirania e perseguições que sofrem, oriundas de todos os quadrantes da nação (GOMES, 2012).

Darcy Ribeiro entende que aos índios “afortunadamente, foram reconhecidos em seus direitos constitucionais à posse das terras em que vivem e que são indispensáveis à sua sobrevivência”. Entretanto, complementa que “sinistras vozes se levantam querendo revogar a demarcação dessas terras” (RIBEIRO, 2010, p.91).

O reconhecimento dos direitos dos índios pela Constituição Federal é uma grande inovação. As terras de acordo com a tradição ocupadas pelos índios tornam-se utilidades da União, pertencendo a ela, o que envolve a demarcação, amparo e respeito a todos os seus bens. Consideram-se moradas em caráter estável as usadas para fins produtivos, bem como aquelas indispensáveis à prevenção dos recursos ambientais a seu bem-estar.

As terras em que existam os indígenas em sua posse são consideradas como posse constante, bem como o usufruto das riquezas minerais, não dando fins lícitos os atos que tenham ocupação, o domínio e a posse.

Essa transformação e o progresso da Constituição Federal de 1988, marca um reinício. No tema indígena, busca o rompimento com paradigmas ultrapassados e falsos, como o da consistência, para a busca do reconhecimento das diversidades, buscando uma influência mútua entre eles, sem o rompimento de conhecimentos culturais e de identidade.

Conforme Antônio Carlos Wolkmer (2003), a Constituição abrangeu os direitos já resguardados no Estatuto do Índio, a altura constitucional, e esta constitucionalização avivou a organização social, os mitos, os idiomas, as religiões, e as memórias indígenas e concluiu com a visão evolucionista de assimilação, como se as populações indígenas constituíssem fatos temporários.

Não podemos deixar de falar sobre o ensino de História, as orientações citadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – para os anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998) recomendam o trabalho com os apontamentos dos eixos

temáticos, entre os quais se destaca o estudo da história das organizações populacionais, com proeminência para os destroncamentos, as organizações e lutas dos grupos sociais e étnicos.

Os PCNs corroboram, ainda, a importância do trabalho acerca dos povos indígenas, primeiros habitantes do território brasileiro, assinalando que: a única alternativa é realizar estudos sobre as comunidades indígenas, pois foram os primeiros habitantes e, por terem conseguido manter suas relações sociais diferentes dos quais temos no nosso país hoje.

A inquietação em identificar os grupos indígenas que vivem ou viveram a região adjunta da convivência dos alunos é a de permitir a inclusão da vivência de diferenças entre os próprios grupos indígenas, com especificidades de culturas, línguas diferentes, evitando criar a ideia do índio como povo único e sem história.

O conhecimento sobre as tradições e as relações sociais de povos indígenas permite aos alunos dimensionarem, em um tempo longo, as transformações advindas naquele ambiente onde vivem e, ao mesmo tempo, reconhecerem tradições, relações sociais e de trabalho distintos do seu cotidiano (BRASIL, 1998, p. 37).

A alternativa por esta temática, em particular, justifica-se também com base na Lei 11.645, de 11 de março de 2008, que recomenda a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro brasileira e indígena no Ensino Básico.

A educação escolar indígena aborda nomeadamente a presença da escola dentro das aldeias, dentro das comunidades

A escola, uma instituição caracteristicamente ocidental, está presente na organização social do país, tem uma composição simbólica, segue uma organização que há mais de duzentos anos conservar-se igual.

Partindo desse pressuposto, o trabalho tem como objetivo refletir sobre o ensino da história e cultura indígena. Pois Freire caracteriza,

O que é uma sala de aula? É o que era há duzentos anos, um quadrado, com quadro verde ou negro, com giz, apagador, era isso que era, um professor falando, falando, falando, outros anotando, aborrecidos, tanto professores e alunos, não estão felizes. Eu acho que os índios estão ensinando isso pra gente. Que é possível fazer uma escola feliz, ali, não são todas as escolas indígenas que estão neste caminho, é verdade. Eu acho até que a maioria ainda está copiando, com o olhar muito na escola, na escola do Sistema Nacional de Educação, estão copiando muito, a maioria. Mas eu acho que esse núcleo de escolas-piloto está avançando, eu acho que eles estão apontando pra nós que é possível construir uma escola alegre, prazerosa, onde a gente tem vontade de ir. Eles estão nos ensinando que você pode e aprende fora do espaço da sala de aula (FREIRE, 200, p. 28).

Freire pondera a escola como Sistema Nacional de Educação, uma instituição antiquada, conservadora, pouco encantadora e que a escola indígena proporciona uma nova possibilidade. Uma escola que excede as fronteiras de uma sala de aula e das muralhas da área escolar. A educação básica satisfaz a um modelo geral constituído pela Constituição Federal, em seu artigo 208, que constitui a garantia da oferta da educação em três níveis de ensino: Fundamental, Médio e Superior, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 21, sobre a composição dos níveis escolares, e artigos 22, 23 e 24, sobre as disposições gerais que constituem as orientações sobre organização, tempo, calendário e obrigatoriedade.

As escolas são estabelecidas e instituídas obedecendo a essa organização, em cada sala estuda uma série. Quando se fala em escola, a realidade que vem à ideia é essa, pois mesmo aqueles que não passaram pela escolarização básica têm noção do que é a escola nas sociedades ditas civilizadas.

A educação escolar para indígenas no Brasil nasce desde as primeiras relações com os europeus, desempenhando finalidades e padrões específicos conforme os interesses dos diferentes grupos que se pautaram com os distintos povos indígenas. Primeiramente foi usada para a “domesticação” para dominar os indígenas e negar suas identidades, como os internatos para crianças indígenas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Bem como podemos observar e analisar, os estudos das sociedades indígenas proporcionaram ao grupo um novo olhar sobre a sociedade. É o diferente que nos dá o contraponto para entender o conhecido. A Sociedade na qual vivemos passa a ser uma sociedade e não mais a sociedade.

Possivelmente, um dos mais admiráveis exemplos da história é a questão da desnaturalização da realidade que vivemos. À luz do passado e de outras comunidades, os nossos valores tornam-se relativos, a nossa sociedade torna-se casual, transitória, ou seja, histórica. O futuro deixa de ser visto como uma simples continuidade do presente e se abre a novas possibilidades.

Ao apresentar na aula de História, a temática para os alunos, houve uma grande discussão sobre a temática, como eram e são as características das comunidades indígenas no Brasil e como funcionavam.

A experiência de trabalhar esse tema com os alunos foi muito gratificante, pois houve o envolvimento de todos, o debate e a discussão acerca da temática. Nas pesquisas realizadas pelos alunos, pode-se analisar que os movimentos que as comunidades indígenas realizaram e realizam para preservação do seu território.

Portanto, a História vem contribuir para entender profundamente a comunidade indígena. Assim, o aluno tem ainda tido a possibilidade, a partir do conteúdo estudado, de assimilar os conceitos de valor de uso e valor de troca. Esses conceitos permitem marcar a diferença entre a nossa sociedade e as comunidades indígenas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIERI, Samia Roges Jordy. **Os direitos constitucionais dos índios e o direito à diferença, face ao princípio da dignidade da pessoa humana**. 2008. 242 f. Dissertação. (Mestrado em Direito Difusos e Coletivos), Universidade Metropolitana de Santos. 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em ação de Educação Escolar Indígena**. Org. Luiz Donisete Benzi Grupioni. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Editora Tecnoprint S/A, 1988, Coleção Ediouro.

BRITO, Edson Machado. O ensino de história como lugar privilegiado para o estabelecimento de um novo diálogo com a cultura indígena nas escolas brasileiras de nível básico. **Fronteiras**. Dourados, MS, v. 11, n. 20, p. 59-72, jul./dez. 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre índio**. Manaus: Cenesh, 2000, p.17-34 (Série conferências, estudos e palestras, n. 1).

FUNARI, Pedro Paulo; Pinón. **A Temática Indígena na Escola: subsídios para os professores**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

GOMES, Márcio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Passado, Presente e Futuro. São Paulo: Contexto, 2012.

MACEDO, José Rivair. **A História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

MATTOS, Regiane Augusto de. **Historia e Cultura Afro-Brasileira.** São Paulo: Contexto, 2007.

**REFERENCIAL Curricular Nacional para as Escolas Indígenas/Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental.** Brasília, MEC/SEF, 1998.

RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização, a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Os novos Direitos no Brasil: Natureza e perspectivas: Uma visão básica das novas conflitualidades jurídicas.** São Paulo: Saraiva, 2003.